





CONSERVAÇÃO

Quem paga a **CONTA** da **BIODIVERSIDADE?**

texto LIANA JOHN

Proteger os ecossistemas, a fauna e a flora do Brasil deixa de ser um item na coluna despesas a fundo perdido, para se transformar em investimento com retorno certo, seja na forma de serviços ambientais, de conhecimento, de dinheiro ou de vida mesmo



Ao anunciar publicamente sua decisão de destinar 1% da renda líquida da indústria de cosméticos e perfumes O Boticário para a conservação da biodiversidade, o empresário Miguel Krigsner passou a ser visto como excêntrico entre seus pares. Para dizer o mínimo. Na visão do empresariado brasileiro, colocar dinheiro em proteção ambiental era equivalente a rasgar cédulas ou usar notas para acender charutos. E não faz muito tempo: isso foi em 1990. De lá para cá, a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza investiu cerca de R\$ 35 milhões em 1070 projetos de pesquisas (até dezembro de 2006).

A seriedade na avaliação dos projetos financiados virou marca registrada da fundação. Só passar

pelo crivo dos 100 profissionais envolvidos na seleção — a grande maioria de conselheiros voluntários — é quase um prêmio para os pesquisadores e ambientalistas proponentes. São 2 editais por ano — em março e agosto — com cerca de 220 propostas para 20 a 25 projetos aprovados. Os recursos não são fartos — ficam entre R\$ 2 mil e R\$ 40 mil — mas são aplicados no lugar certo, sem desperdícios, nem corrupção. E, 'só' por isso, garantiram e garantem a execução das propostas, sem ficar pelo meio do caminho.

O retorno desse investimento? Conhecimento. O Boticário ajudou — e ainda ajuda muito — os brasileiros a conhecerem melhor as riquezas vivas do Brasil. Pelo menos 16 novas espécies de fauna e flora

foram identificadas, quatro das quais homenageiam a indústria em seus nomes científicos: *Megalosia boticariana*, um sapinho descoberto no Parque Florestal de Itapetinga, São Paulo; *Listrura boticarioi*, um peixe coletado no rio da Figueira, Paraná; *Aphyolebias boticarioi*, outro peixe, esse do rio Purus, Acre; e *Paspiflora boticarioana*, nova espécie de maracujá de Minas Gerais.

Com o conhecimento vem a proteção à biodiversidade, vem a integração de ações de conservação com atividades produtivas, vem o auxílio à fiscalização de unidades de conservação e à implementação dos respectivos planos de manejo.

Pode não parecer um retorno palpável para os mais céticos, porém já faz escola. E também faz diferença na hora de fechar negó-



Megastixia boticariensis

MAGALHÃES/ISTOCK



Passiflora boticariensis



RECONHECIMENTO

O maracujá mineiro (ao lado), o sapinho paulista (acima), este peixe do Paraná e o do Acre (abaixo); novas espécies homenageiam a Fundação O Boticário. Na pág. anterior, projeto da WWF-Brasil com extrativistas na Amazônia

Listriera boticaria

PASCAL/ISTOCK



Acrysolebias boticaria

MAGALHÃES/ISTOCK

De onde vem e para onde vai o \$\$?

Resumimos, a seguir, informações sobre as fontes e o destino dado aos recursos obtidos por algumas organizações não-governamentais (ONGs) conservacionistas no Brasil:

Conservação Internacional – A maior parte (quase 90%) dos recursos movimentados no Brasil – cerca de R\$ 18,5 milhões em 2005 – vem de doações privadas feitas à CI nos Estados Unidos e repassadas à equipe do Brasil. O restante vem de fundações (1%) e corporações brasileiras (9%). Os projetos de conservação no Brasil são gerenciados e executados por brasileiros. Os inventários de biodiversidade e o apoio na Amazônia e no Pantanal são determinantes para a criação e manutenção de algumas unidades de conservação e a formação de corredores.

Greenpeace – Quase 90% dos recursos vêm de doações particulares. São cerca de R\$ 10 milhões por ano amealhados entre doadores pequenos (até R\$ 20,00 por mês), médios (cerca de R\$ 200,00 mensais) e

grandes (acima de R\$ 1 mil por ano). O restante vem do licenciamento de marcas e de fundações (independentes de empresas). As doações dão autonomia de ação aos 56 funcionários, com reforço de um número não revelado de ativistas voluntários, atuando em 3 campanhas principais: Amazônia, energias renováveis e não-nucleares e agricultura sustentável e não-transgênica.

Fundação SOS Mata Atlântica – Em 2006 foram R\$ 18 milhões, dos quais a maior parcela (76%) veio da parceria com o Bradesco, através dos fundos de capitalização (49%) e do cartão de crédito (27%). Outras parcerias com empresas e doações de fundações e particulares completam o orçamento. São 36 funcionários, que aplicam os recursos no monitoramento e na recuperação da Mata Atlântica, através de programas como Clickarvore (mais de 8 milhões de mudas plantadas em 8 estados) e Florestas do Futuro, em franco crescimento, agora, com a onda da neutralização de carbono.

Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) – Movimenta cerca de R\$ 5,5 milhões, dos quais somente 10% vêm de fundações, pessoas físicas e organismos multilaterais internacionais (chegou a ser quase 100%, no início). O restante vem do governo brasileiro (9%), de doações particulares (8%), do rendimento de fundos (3%) e da parceria com empresas (61%). A entidade é uma das mais inovadoras na forma de promover a conservação – na Mata Atlântica e Amazônia – e nas parcerias com a iniciativa privada.

WWF-Brasil – O orçamento cresceu 10 a 20% por ano, nos últimos 4 anos. Para 2007 são R\$ 34 milhões, obtidos com entidade da mesma rede (WWF), sediadas em países desenvolvidos; em parcerias com empresas brasileiras e junto a fundações, nacionais e internacionais. Menos de 1% é obtido junto ao governo, através de Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA). Os 100 funcionários trabalham sobretudo no apoio ao uso sustentável de recursos naturais, na conservação das águas e com a biodiversidade da Mata Atlântica, Amazônia e Pantanal.

cios e acertar parcerias, obrigando a concorrência a se repensar. "Recebemos numerosas visitas de empresários que querem saber como gerimos os projetos, de instituições bancárias interessadas em conhecer os detalhes operacionais. Viramos benchmark (parâmetro de comparação)", resume Maria de Lourdes Nunes, diretora da fundação.

Em março de 2006, Miguel Krigsner deu de visionário mais uma vez e anunciou a primeira doação privada a unidades de conservação públicas: R\$ 1 milhão para o Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). Logo em seguida, o fundo destinado a manter o ARPA – cujo objetivo é tornar efetiva a proteção de pelo menos 10%

da Amazônia – recebeu outro milhão de reais, doados por Guilherme Leal, da indústria de cosméticos Natura. Com atitudes assim, o País aos poucos transfere o dinheiro aplicado em conservação da coluna 'despesas a fundo perdido' para a rubrica 'investimento com retorno'.

Tal mudança, que ainda tem sabor de novidade, no Brasil, já tem anos 'de estrada' nos países desenvolvidos, onde conta com suporte legal, incentivos fiscais e grande aprovação social. Na Holanda, uma parcela significativa da população faz doações individuais regulares para projetos ambientais, além de 'sugerir' a aplicação de seu dinheiro em conservação, tanto quando

falam com representantes de ONGs (como o WWF) ou de bancos privados dos quais são correntistas (como o ABN Amro Bank). Na Alemanha, o investimento em conservação é comum e a iniciativa já parte dos próprios bancos, como o KfW. "Na Europa, quando se organiza um jantar para levantar fundos para a Amazônia, por exemplo, os convidados puxam talões de cheques pessoais e doam E\$ 100 ou 200 mil. "Nos Estados Unidos, um milionário não é considerado verdadeiramente rico até doar seu primeiro milhão de dólares para o bem do planeta", comenta Frank Guggenheim, diretor executivo do Greenpeace no Brasil.

Nos últimos 5 a 10 anos, o per-



VIGILÂNCIA VERDE
Com 90% dos recursos de doadores particulares, o Greenpeace tem independência para promover ações de protesto

centual dessas doações que chegou aos nossos ecossistemas – por meio de parcerias com organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras – salvou ‘a pele’ de muitos projetos e programas prejudicados pela redução e pelo contingenciamento do orçamento governamental. Além disso, compensou a perda de recursos antes destinados à natureza brasileira por instituições governamentais estrangeiras e organismos internacionais – como Usaid (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Banco Mundial e alguns governos europeus – cujas prioridades se deslocaram para a África, o Leste e a Ásia, em função de guerras, desastres naturais

O financiamento do setor privado à conservação é novidade

ou mudança de prioridades.

Uma das fontes de recursos mais importantes para fechar nossas contas, em tal contexto, é a Fundação Moore, criada em 2000 pelo casal Gordon e Betty Moore, com sede em San Francisco, na Califórnia (EUA). Um dos fundadores da empresa de informática Intel, Moore optou por investir parte de sua fortuna em ciência, conservação ambiental e em sua região, a baía de San Francisco. Nesses 7 anos criou e alimentou um fundo de US\$ 1 bilhão, cujos rendimentos

– cerca de US\$ 225 milhões por ano – são repassados aos mais variados projetos. Em geral, a fundação incentiva a criação de fundos vinculados a tais projetos, cujos rendimentos são aplicados nas atividades necessárias (*endowment funds*). É uma forma de conferir mais fôlego financeiro aos parceiros, trocando o eterno ‘pires na mão’ por uma espécie de ‘caderneta de poupança’ sofisticada.

A maioria dos recursos destinados ao Brasil sai da Fundação Moore via Iniciativa Andes-Amazônia, coordenada pela brasileira Rosa Lemos de Sá e cujo objetivo é aumentar e melhorar a qualidade e a durabilidade do sistema de áreas protegidas, a nível regional, ou seja, envolve vários países sul-americanos. Projetos de capacitação e

O reverso da moeda

O Projeto Arara Azul completa 18 anos com resultados inequívocos. Em 1987, a população total de arara-azul-grande (*Anodorhynchus hyacinthinus*) era de 2.500 indivíduos, sendo 1.500 no Pantanal. Em 2005, um censo aponta 5.000 araras, só no Pantanal, onde houve drástica redução do tráfico. Em 2006, o projeto contabiliza 604 ninhos cadastrados (218 artificiais) e estende suas atividades de conservação da arara-azul para 57 fazendas em 5 sub-regiões pantaneiras, além de trabalhar com outras araras, tucanos, gaviões, corujas, patos, etc. Mais de 100 técnicos foram treinados. A metodologia tornou-se referência internacional na conservação de psitacídeos. E a lista de prêmios confirma a excelência: Prêmio Pieter Oyens; Prêmio Natureza e Sociedade; Prêmio Super Ecologia; Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica; Comenda Grão Mestre da Ordem da Arca Doumada do Príncipe Bernhard da Holanda; Troféu Eco-cidadão; Prêmio Ambiental Von Martius; e Prêmio Ecologia e Ambientalismo.

A coordenadora do projeto, Neiva Maria Robaldo Guedes (foto), acredita tal sucesso ao trabalho de longo prazo, com apoio, parceria e patrocínio de vá-

rias empresas e instituições, bem como o envolvimento das comunidades locais. E então anuncia a intenção de encerrar suas atividades. Isso mesmo, **encerrar!** Por falta de recursos?

Ela tem o apoio institucional da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal (Uniderp) e Instituto Arara Azul, em parceria com o Refúgio Ecológico Caiman e a Toyota do Brasil. "Nosso trabalho não existiria sem eles, esse apoio é inestimável", reitera Neiva. "Mas também não consigo sobreviver só com eles".

A Uniderp paga salários dos pesquisadores e dá acesso a seus laboratórios para o atendimento veterinário das araras. O Refúgio Caiman contribui com o espaço e a logística de hospedagem. A Toyota cede os veículos. Falta o dinheiro de custeio: combustível, material para fabricação de ninhos, cordas, equipamentos de campo e de escritório, e recursos para manter pesquisadores associados e estagiários. Muitos destes são voluntários, mas também comem, dormem. "Preciso de recursos para ir para o campo". Quanto? "Cerca de R\$ 160 mil por ano", diz ela.

É pouco demais para tantas horas de dedicação e irrisório diante do valor de salvar uma espécie da extinção. Mas obriga Neiva a gastar 70% do seu tempo entre pedidos, editais e relatórios. E a

apelar para a boa vontade extra de quem já contribui, como em 2006, quando o projeto só se manteve graças ao socorro da Toyota, no valor de R\$ 100 mil.

"Embora com essa dificuldade, acho que houve uma grande mudança no Brasil", contemporiza. "Antes, os recursos eram de fora — de 1999 a 2005 nosso principal patrocinador foi o WWF, com dinheiro da Holanda —, hoje são quase 100% brasileiros, de instituições e de empresas, mas também de pessoas físicas". Pode ser um bom sinal. Mas, convenhamos, também falta um pingão de bom senso para estabelecer prioridades de investimentos no País.



educação também entram nessa conta, com recursos que variam de US\$ 208 mil — como os obtidos pelo Instituto Socioambiental (ISA) em 2005 — a mais de US\$ 15 milhões — obtidos pelo WWF-Brasil para o ARPA, em 2002. E não são só as ONGs as beneficiárias: também a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do Amazonas recebeu seu quinhão — US\$ 1,82 milhão em 2004 — para implementar unidades de conservação estaduais.

Gordon e Betty Moore adoram o Brasil e já estiveram aqui várias vezes, visitando os projetos financiados por sua fundação. Mas que ninguém se iluda: não é com essas visitas que a fundação controla os resultados. Existe todo um sistema de relatórios e auditorias para garantir que dinheiro cumpra a finalidade para a qual foi destinado.

Em busca do mesmo tipo de eficácia, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) já foi criado, em setembro de 1995, com a missão

de trancar a burocracia do lado de fora. Embora tenha uma origem governamental — trata-se de um fundo constituído para gerir os recursos doados ao Brasil pelo Fundo Ambiental Global, conhecido pela sigla em inglês GEF — funciona como uma associação civil sem fins lucrativos. Assim, consegue por em funcionamento um mecanismo de fomento eficiente e transparente, capaz de atrair o setor privado como parceiro. "Os provedores de recursos governamentais e interna-



ONE/OLYMPIA/REUTERS

INVESTIMENTOS

Os protestos são a face mais conhecida do Greenpeace. A Fundação O Boticário investe em pesquisa e educação ambiental (acima)



DEUTSCH/AGF/REUTERS

cionais diminuíram. Quando o GEF foi anunciado, como mecanismo de apoio às convenções ambientais assinadas durante a Rio 92, a expectativa é de que contaria com US\$ 77 bilhões em 10 anos, porém o que se concretizou foi apenas 10% disso", observa Pedro Leitão, diretor do Funbio, que gerencia US\$ 20 milhões do GEF repassados via Banco Mundial. "Em compensação, nos últimos 2 a 3 anos abriu-se uma porta no setor privado para o financia-

mento à conservação. Não é tão conhecida e praticada, é talvez uma relação um tanto fechada, mas já privilegia algumas ONGs mais estruturadas".

Como no caso do Funbio, lidar com as novas exigências financeiras e gerenciais do 'mercado' de projetos ambientais obrigou as ONGs a se profissionalizarem. Paralelamente, as evidências da crise global de recursos naturais movimentaram o setor privado, antes impermeável a esse tipo de apelo. E

Os ambientalistas hoje são mais profissionais, sem a ingenuidade inicial

seja para não ficar de fora de movimentos empresariais em prol da sustentabilidade, seja para atender um consumidor cada vez mais atento, a indústria, o comércio e o setor de serviços passam a buscar, ampliar e multiplicar parcerias conservacionistas.

"Já não é mais filantropia, já é a percepção da gravidade da crise ou da necessidade de uma nova estratégia comercial sustentável", acrescenta Pedro Leitão. Tem razão: basta citar a recente febre de projetos de neutralização de carbono como resposta às confirmações do aquecimento global. Neutralizar carbono é calcular quanto dos gases do efeito estufa é emitido para se realizar uma atividade e plantar árvores suficientes para absorver de volta esse montante. Não é um mecanismo oficial, não resolve o problema, mas é uma contribuição, ajuda a amenizar o problema e está ao alcance de qualquer um.

"No início, ser ambientalista era uma coisa ingênua, utópica, que não rendia nada. As pessoas foram obrigadas, pela crise ambiental, a tomar consciência, e as ONGs também tiveram que se profissionalizar, porque têm uma responsabilidade e precisam ser competitivas, ter transparência, definir uma missão, ter uma visão...", comenta Suzana Padua, presidente do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). "Dá uma certa pena perder a ingenuidade e ficar parecido com uma empresa, mas, do contrário, não somos levados a sério".

